

CRIME E CIDADE NO SÉCULO XIX: possibilidades investigativas

CRIME AND THE CITY IN THE 19TH CENTURY: investigative possibilities

Paulo Henrique Matos de Jesus¹

RESUMO

O presente artigo é uma reflexão sobre a escolha da cidade como objeto de estudo e espaço de experiências e vivências individuais e coletivas, compreendendo sua complexidade e a dificuldade de estabelecimento de um conceito, observando sua evolução e o papel da multidão enquanto autômatos adaptados à rotina do trabalho e fundamentais ao desenvolvimento; frequentadores sombrios da noite, por isso propensos ao crime; ameaça política atrelada às memórias da Revolução Francesa de 1789 ou, posteriormente, ao comunismo. Por fim, este artigo almeja verificar como a cidade de Paris se apresentava aos olhos dos literatos com seus espaços compostos por ambientes específicos e próprios para a ocorrência do crime antes e depois da reforma urbana realizada por Eugène Haussmann, modificando a vida social na cidade e repercutindo no crime e sua distribuição espacial.

Palavras-chave: Cidade. Multidão. Crime.

RESUMEN

Este artículo es una reflexión sobre la elección de la ciudad como objeto de estudio y espacio de vivencias y vivencias individuales y colectivas, comprendiendo su complejidad y la dificultad de establecer un concepto, observando su evolución y el papel de la multitud como autómatas adaptados a rutina de trabajo y fundamental para el desarrollo; asistentes nocturnos sombrios, por lo tanto propensos a la delincuencia; amenaza política ligada a la memoria de la Revolución Francesa de 1789 o, más tarde, al comunismo. Finalmente, este artículo tiene como objetivo verificar cómo la ciudad de París se presentó a los ojos de los alfabetizados con sus espacios compuestos por ambientes específicos propicios para la ocurrencia del crimen antes y después de la reforma urbana llevada a cabo por Eugene Haussmann, modificando la vida social en el ciudad y reverberando en el crimen y su distribución espacial.

Palabras clave: Ciudad. Multitud. Crimen.

¹ Doutorando do Programa de Pós-Graduação em História Social da Universidade Federal do Maranhão – UFMA.

ABSTRACT

This article is a reflection on the choice of the city as an object of study and space for individual and collective experiences and experiences, understanding its complexity and the difficulty of establishing a concept, observing its evolution and the role of the multitude as automatons adapted to routine of work and fundamental to development; somber night-goers, hence prone to crime; political threat linked to the memories of the French Revolution of 1789 or, later, to communism. Finally, this article aims to verify how the city of Paris presented itself to the eyes of the literate with its spaces composed of specific environments suitable for the occurrence of crime before and after the urban reform carried out by Eugene Haussmann, modifying social life in the city and having repercussions on crime and its spatial distribution.

Keywords: City. Crowd. Crime

1 A cidade como objeto de pesquisa

Não é de hoje que as cidades enquanto espaços de experiências e vivências vêm se constituindo cativante objeto de pesquisa para estudiosos dos mais diversos segmentos das Ciências Humanas/Sociais (historiadores, geógrafos, antropólogos, sociólogos) e de outros campos do conhecimento científico (médicos, engenheiros, arquitetos, sanitaristas) exatamente por sua capacidade de possibilitar a estes estudiosos a elaboração das mais variadas rotas analítico-interpretativas pensadas a partir dos pressupostos teóricos e metodológicos próprios de cada um dos ramos que se debruçam sobre a análise do espaço urbano. Nesse sentido, a cidade se dissecava aos olhos do pesquisador cuja preocupação essencial deverá ser buscar meios eficazes de apreensão dos sentidos e representações que os habitantes possuem do espaço urbano em que vivem para, partindo desse ponto, compreenderem toda a complexidade desse objeto multifacetado.

Conforme Durkheim e Mauss (MAUSS, 1969 *apud* PESAVENTO, 1995, p. 280), sobre as representações enquanto campo teórico e próprio da Nova História Cultural:

A utilização deste conceito, [...] tornou-se uma categoria central para as análises da nova história cultural. O conceito, em si envolve uma série de considerações, a começar pelo pressuposto de que a representação implica uma relação ambígua entre ausência e presença. No caso, a representação é a presentificação de um ausente, que é dado a ver segundo uma imagem, mental ou material, que se distancia do mimetismo puro e simples e trabalha com uma atribuição de sentido.

A cidade enquanto conceito e categoria de análise é objeto de observação desde seu surgimento, durante a Antiguidade. Segundo Charles Monteiro (2012, p. 102):

O surgimento das primeiras cidades na Antiguidade Oriental marca um novo patamar de organização política, econômica, social e cultural. Na Grécia Antiga, a cidadela ou polis tornou-se o lugar da comunidade política por excelência. A República Romana organizou-se a partir de Roma, Cidade-Estado e, posteriormente, capital de um imenso Império. Na Idade Média, as cidades

tiveram um papel de centros de difusão do saber com a fundação das universidades de Bolonha, Paris e Oxford, entre outras, de capitais religiosas (como Roma e Avignon) e lugares de mercado (Londres, Paris, Lyon, Barcelona, Veneza, Genova, Florença). Na Idade Moderna surgem as cidades-capitais, centros burocráticos (Madri, Lisboa) que exploram os campos e os camponeses ao seu redor.

Todavia, torna-se premente problematizar e relativizar o uso da cidade, tanto como conceito quanto categoria de análise, visto que permite vasta compreensão que se estende desde os “[...] primeiros aglomerados humanos” (BRESCIANI, 1992, p. 11), passando pela “[...] ideia de uma vida urbana diferenciada da vida no campo” (BRESCIANI, 1992, p. 11) até sua completude no século XX como parte de uma longa jornada de evolução da sociedade. (BRESCIANI, 1992).

Por outro lado, a própria Bresciani complementa:

Existe, contudo, uma outra posição teórica que rompe com a concepção de continuidade no tempo como pressuposto de conhecimento das cidades contemporâneas. Esta opção [...] volta-se para as cidades associadas à ideia de modernidade, para o momento em que, na primeira metade do século XIX, são problematizadas em **questão urbana**, concebidas como espaço de tensões empíricas e conceituais, concepção que perdura na formulação do paradigma que orienta o **conhecimento** e a **vivência** nas cidades contemporâneas. (BRESCIANI, 1992, p. 12, grifo do autor).

É importante notar também que as aglomerações urbanas possuem importância diferente conforme a legislação, formas de distribuição de privilégios e tradições próprios de cada país, variando conforme a época.

Segundo Charles Monteiro (2012, p. 102):

Por exemplo: na Inglaterra, a denominação town correspondia não apenas a certa dimensão física da aglomeração, mas aos privilégios concedidos aos seus habitantes pelo Parlamento. No fim do século XVIII, na França, as distinções entre village, ville e cité que caracterizavam diferentes privilégios políticos, jurídicos e financeiros dos habitantes (burgueses, mercadores) foram abolidas pelo governo revolucionário, que concedeu a todas as aglomerações o título de ‘comuna’ igualando os seus direitos políticos.

Nesse sentido é possível pensar o processo urbanizador como um fenômeno que possui sua própria cadência, estando por vezes atrelado ao desejo de suprir o crescimento populacional e econômico, por vezes tentando prevê-lo ou conduzi-lo. Desta forma, é possível descartar a relação direta e determinante entre o avanço do processo de urbanização e as etapas do desenvolvimento econômico. Inclusive Charles Monteiro (2012) propõe que esse mesmo esforço de raciocínio seja aplicado aos trabalhos que se dedicam a analisar o processo de urbanização do Brasil. Todavia, não é objeto deste artigo o fenômeno da urbanização.

Avançando um pouco mais na discussão sobre cidade enquanto categoria de análise pode-se dizer que ela guarda em si aspectos de uma sucessão de temporalidades e sociabilidades que se constituem no amálgama que dá sentido à própria cidade. (ROLNIK *apud* MONTEIRO, 2012, p. 104). Monteiro prossegue em sua reflexão:

A cidade é uma realidade plural e polifônica, trama, rede de relações sociais, econômicas, políticas, culturais e simbólicas. Os diferentes sujeitos e grupos sociais se apropriam desse espaço, o experienciam e produzem representações (memórias e um imaginário) sobre ele, que visam a explicar a dinâmica própria desses grupos sociais se constituírem na cidade. Os grupos tanto constroem a cidade enquanto um tecido de relações sociais e representações, quanto são constituídos por ela. (MONTEIRO, 2012, p. 104).

Desta maneira, qual seria o balizamento para se pensar as pesquisas em torno da História da Cidade? Em que medida ela se diferencia de outros campos da pesquisa historiográfica? Como é possível o enquadramento desse campo de pesquisa?

Nem de longe é proposta deste artigo pensar todas essas questões. Todavia, são indagações pertinentes a todo aquele que deseja se aventurar nesse campo historiográfico tão multidisciplinar que permite ao historiador abordagens igualmente variadas. Entretanto, é importante ponderar que a preocupação dos historiadores com os estudos sobre a cidade iniciou-se somente a partir do século XIX em um cenário profundamente marcado pelo intenso fluxo migratório de pessoas do campo para a cidade e do acelerado processo de industrialização. Não apenas os historiadores despertaram suas atenções para os estudos sobre as cidades, mas, também pesquisadores de outros ramos das Ciências Humanas e Sociais, como por exemplo geógrafos e sociólogos.

Pondera-se que:

Os geógrafos com seus trabalhos sobre demografia e populações urbanas. Os cientistas sociais com suas pesquisas sobre os efeitos da urbanização e sobre o crescimento da criminalidade entre as classes populares, como os estudos da chamada Escola de Chicago nos EUA dos anos 1920. Noutra direção, George Simmel refletia sobre a vida mental da metrópole, na qual um conjunto enorme de novos estímulos produzia os seus efeitos sobre o homem moderno. (VELHO *apud* MONTEIRO, 2012, p. 105).

Os historiadores, por sua vez, preocupavam-se essencialmente em ver a cidade como componente explicativo do processo histórico. Em especial ligados ao avanço dos eventos capitalistas. Entretanto, ainda em bases muito dispersas e sem homogeneidade entre si. É somente a partir de meados do século XX, originando-se dos Estados Unidos e do Reino Unido, que os historiadores passaram a produzir estudos mais densos sobre o fenômeno urbano com seus problemas econômicos, sociais e de ocupação espacial. Tudo isso partindo de inúmeros centros de pesquisa que reuniam historiadores com as mais variadas perspectivas teóricas, mas, que tinham em comum o desejo de formalizar metodologias e divulgar a História Urbana como um novo campo da pesquisa historiográfica. (MONTEIRO, 2012).

Destacam-se, então, duas grandes perspectivas, segundo Charles Monteiro (SILVA *apud* MONTEIRO, 2012, p.106):

A História Urbana que se preocupava com pesquisas monográficas sobre as particularidades da formação urbana e social de uma cidade, e, por outro lado, a 'urban as a site' estudava a cidade e a explicava a partir de processos econômicos e sociais que se expressavam nela, mas também a ultrapassavam.

E continua: “Ou seja, buscava explicar dinâmicas sociais e econômicas que tinham seu *locus* privilegiado na cidade mais eram parte de dinâmicas muito maiores dentro do capitalismo”. (MONTEIRO, 2012, p. 106).

Ainda hoje em dia permanece o debate sobre o papel da História Urbana e os vários caminhos ou “portas de entrada conceituais que se apresentam como problemas a serem solucionados pontualmente” (BRESCIANI, 1992, p. 12) e que se constituem em maneiras investigação da cidade por parte dos historiadores brasileiros entre desde a última década do século XX. Tais maneiras de investigação da cidade seriam: do ponto de vista da questão técnica; da questão social; da formação das identidades sociais; da formação da sensibilidade burguesa; do lugar e o sujeito da História.

2 Cidade enquanto espaço de vivência: multidão, pobres, vagabundos, classes perigosas

Para fins deste artigo, destaca-se a maneira investigativa que percebe a cidade enquanto espaço de vivência com normas e produção cultural urbana que naturalizam comportamentos. A expansão industrial e a consolidação do capitalismo atrelado ao aumento do público leitor e a expansão do mercado editorial gera novas formas da multidão anônima se relacionar com o espaço urbano e viverem suas experiências nas metrópoles do século XIX. Nesse cenário recorre-se aos romances e novelas como nova perspectiva de análise desta nova dinâmica urbana. (BRESCIANI, 1992, p. 21).

Sobre o papel desempenhado pelos romances e outras produções literárias buscase a reflexão de Charles Monteiro (2012, p. 108):

Baudelaire nos narra as imagens captadas pelo flâneur em suas andanças pela cidade em Pequenos Poemas em Prosa: a perda do halo do poeta em meio à lama do boulevard, o brinquedo da criança pobre e o olhar dos pobres diante do novo café. Uma experiência de perda, de fragmentação e de crise de identidade numa sociedade dívida e segregada socialmente. Nesse sentido, talvez um bom exemplo seja o livro *Os sete pecados da capital* de Sandra Pesavento.

Desta maneira, nota-se o quanto era desafiador para os literatos do século XIX apresentar representações da cidade em suas obras. Neste cenário destaca-se um novo personagem: a multidão.

De acordo com Maria Stella Bresciani:

Nenhuma questão se apresenta mais carregada de compromissos para os literatos do século XIX do que a *multidão*. Num momento em que o hábito de leitura se espalhava por todas as classes sociais, esse público em formação fazia uma exigência: encontrar sua imagem nos romances que lia. Entre outros, Victor Hugo, Baudelaire, Zola e Eugène Sue, na França, e Charles Dickens e Edgar Allan Poe, na Inglaterra, preencheram essa expectativa oferecendo à sociedade o espetáculo da sua própria vida. Ultrapassando os limites dos ambientes privados, da casa familiar, esses autores se colocaram na posição de observadores das cenas de rua. E, nas ruas, a multidão é uma presença. Seja na sua dimensão anônima, mecânica de massa amorfa, seja na apreensão de detalhes seus ex-

ploráveis até certo ponto, o movimento de milhares de pessoas deslocando-se por entre o emaranhado de edifícios da grande cidade compõe uma representação estética da sociedade. As populações de Londres e de Paris encontram-se com sua própria *modernidade* através dessa exteriorização: admiração e temor diante de algo extremamente novo. O ímpeto para esquadrinhar e tornar legível esse fluir constante tem muito a ver co'm uma intenção de conhecimento que implica a prévia experiência do *olhar* que divide e agrupa, que localiza e designa a identidade das pessoas por seus sinais aparentes. (BRESCIANI, 2008, p. 7, grifo do autor).

A viagem pela cidade e a observação da multidão na obra de Bresciani (2008) começa pelo olhar de Baudelaire que vê nas ruas parisienses um sem número de sujeitos em trânsito com destino às suas obrigações específicas de suas próprias realidades. Nesse cenário, o deslocamento da se apresenta como um comportamento mecânico e as pessoas são engolidas e anuladas em suas individualidades pelo grande centro - personagem principal desse olhar - se tornando uma massa amorfa e apenas parte minúscula e insignificante da multidão. O olhar de Baudelaire percebe a cidade enquanto cenário que se apresenta como aprazível mesmo quando horrendo.

Entretanto, deve-se notar que Paris acaba se dividindo em dois universos compostos por multidões díspares, mas, inda assim deslumbrante e encantadora: a Paris diurna e a Paris noturna, conforme Bresciani (2008, p. 12):

Paris da metade do século configura um espetáculo diurno, por completo diverso daquele que a noite encena. De manhã cedo, ainda de madrugada, 'o Sena se encontra deserto e Paris, como os velhos trabalhadores, esfrega os olhos enquanto empurra suas ferramentas: é a hora em que o trabalho desperta'. A cena urbana se vê ocupada pela multidão dos trabalhadores. Os personagens da noite são outros. 'A noite encantadora' é amiga do criminoso; até no momento lento e silencioso do passo do lobo se faz sua cúmplice. É bem verdade que a chegada da noite, da 'amável noite', também se faz desejada pelos que trabalharam; nessa hora o operário curvado pelo cansaço retorna ao leito. Esse configura, porém, um movimento de recolhimento, da intimidade circunscrita ao interior das casas. Os combatentes do dia se interrompem, os soldados do trabalho repousam, os demônios despertam e preenchem o espaço urbano. A multidão é outra. O formigar das prostitutas, os escroques atentos junto às mesas de jogo, os ladrões na sua labuta silenciosa: tais são seus componentes. Também o barulho da noite se faz com outros sons: o assobio das cozinhas, a algazarra dos teatros, o troar das orquestras, o ruído áspero e tenso das mesas de jogo.

Para alguns a noite não chega a ser tão encantadora. Ao contrário. Ela é vista como amedrontadora e perigosa e a multidão noturna se assemelha a uma chaga que se espalha e contamina as ruas parisienses. Entretanto, há também aqueles que veem a noite a partir das impressões. O universo que constitui a noite é composto por uma multidão sem nome.

Indo mais adiante, acrescenta-se o fato de que a multidão ao se aglomerar passa a ser tratada tanto como elemento responsável pelo desenvolvimento quanto pelo aviltamento da humanidade, como, por exemplo, no caso específico de Londres que, em 1840, vive este contrassenso. Ao mesmo tempo a cidade se descobre vivendo, por um lado, o avanço do processo de industrialização e por outro os desdobramentos desse fenômeno manifestados pela proliferação de bairros operários insalubres, longe do

centro nervoso da cidade e contrastando com os princípios civilizatórios apregoados então.

Nesse sentido, a multidão aglomerada passa a ser tratada como um problema social o que leva as autoridades a desenvolverem diversos mecanismos de controle social dessa população pobre, visto que ela se torna ameaçadora aos olhos da burguesia e das próprias autoridades. Tudo isso ocorre em um cenário marcado pelo aumento acelerado dos índices de pobreza e da degradação cada vez maior dos bairros operários considerados o local de origem dos novos ladrões. De pronto, na França em especial, as péssimas condições de vida, instabilidade econômica e a possibilidade de amotinamento leva a população pobre a ser vista também como uma ameaça política, ainda como memória viva da Revolução de 1789.

Sobre o temor político ligado à Revolução de 1789 representado pelos pobres, Bresciani (2008, p. 109, grifo do autor) reitera:

A questão da multidão amotinada se coloca de maneira bastante diversa na França do século XIX. Aqui, os parisienses, orgulhosos de sua civilização, temem as depredações e o constrangimento do espetáculo das multidões famintas, mas temem, sobretudo, as *jornadas revolucionárias*. Seu temor se fixa numa imagem de grandeza assustadora: aquela de homens fazendo valer, suas exigências através do controle das instituições políticas; pondo, portanto, na ordem do dia, o assédio e a ocupação das praças e dos edifícios públicos. O espectro das multidões incontroláveis dos anos revolucionários faz-se presente a cada momento da vida cotidiana, como força em repouso de uma sociedade que se autoconcebe constituída sobre o marco do acolhimento da pobreza no campo da política.

Todavia, progressivamente, com os avanços dos ideais da Revolução de 1789 no sentido de: “Confrontar formas políticas de governo capazes de assegurar a *liberdade*, mas de tornar realizável a política da felicidade e da abundância geral” (BRESCIANI, 2008, p. 116, grifo do autor) a multidão passa a ser associada ao comunismo.

Como destaca Bresciani (2008, p. 118):

O pensamento socialista na França incorpora a noção de necessidade histórica e se dedica à tarefa de imprimir-lhe formas de realização visíveis em vários projetos utópicos. Marx, como nenhum outro, desde Robespierre, visualiza nas revoluções no século XIX a realização da felicidade geral, a fundação da sociedade plenamente humanizada. Com ele, a imagem de 1789 não se encerra no próprio acontecimento, mas se projeta nas ruas de Paris no decorrer de todo o século, como uma revolução permanente em busca dos seus próprios desígnios.

Fato digno de nota é que o Estado e a burguesia lançavam mão de vasta legislação e de práticas repressivas de cunho físico e psicológico com o propósito de frear seu ímpeto supostamente revolucionário e extremamente perigoso. Nesse sentido, tais ações se manifestam através da constante vigilância que as autoridades exercem sobre a multidão, como se constata na afirmação de Bresciani (2008, p. 120, grifo do autor):

À ação repressiva explícita nos momentos de agitação sobrepõe-se toda uma política insidiosa de um olhar constante que detalha, esquadrinha, classifica a vida cotidiana dessa colmeia popular. Do recôndito do lar do homem ao seu lugar de trabalho, todo o percurso pelos espaços públicos torna-se objeto per-

manente de investigações. Desde chefes de polícia até prefeitos de Paris, um imenso exército de funcionários sai às ruas diariamente perscrutando os sinais menos visíveis dessas *classes perigosas*. A tarefa de demolir uma revolução, na Paris do século XIX, foi entregue a equipes de técnicos que formularam soluções pontuais permitindo devassar toda a vida das *classes pobres*. As portas de suas casas foram abertas, seus interiores vasculhados, sua conduta avaliada, seus valores morais aquilatados.

Ainda nesse cenário da multidão como ameaça à ordem estabelecida nota-se a que, tanto em Londres quanto em Paris o número de mendigos era muito maior que o de policiais. Daí a necessidade de elaborar estratégias coloquem definitivamente os miseráveis como um “paradigma para todos os franceses”. (BRESCIANI, 2008, p. 116).

Portanto, a positivação do trabalho, tampouco a frágil diferenciação entre pobres e vagabundos – a partir da perspectiva de diversos intelectuais como Adam Smith que via o trabalho como verdadeira fonte geradora de toda riqueza e aquele que o desempenha, ou seja, o trabalhador, como fator essencial para o progresso e desenvolvimento da nação – foi suficiente para dirimir do imaginário social, imprensa e literatos a estreita relação existente entre pobres, bairros de trabalhadores e demais espaços frequentados com a criminalidade.

3 Cidade de Paris e o crime no Século XIX

Nesse momento do artigo a preocupação será com a relevância que os lugares do crime ocupam na construção do imaginário social. Os espaços públicos urbanos têm o poder de concentrar em si o temor ou a fixação pelo crime.

Segundo Dominique Kalifa (2014, p. 288):

Como sinalizou Balzac em Ferragus (1833), existem as ruas ‘assassinas’, e a identidade dos lugares e dos não lugares do crime possui um lugar decisivo na expressão de insegurança. Mas esses lugares não se contentam apenas em causar medo; eles contribuem também para tornar o crime inteligível. A posição do cadáver, a localização de indícios e traços diversos ocupam uma função crescente nos procedimentos de investigação criminal do início do século XIX. Observamos então a multiplicação de esboços, de planos, de placas e de cortes; fontes de uma nova atenção topográfica que acelera a passagem para uma racionalidade judiciária. Ligando cada crime a seu ambiente e cada cadáver a seu cenário, as fotografias de identificação forense acentuam ainda mais esse processo no fim do século.

Nesse sentido, Paris se apresenta como local perfeito para a investigação dos motivos que levaram essa metrópole a ter, no século XIX, tamanha obsessão e fascínio pelo crime. É certo que a reforma urbana realizada por Eugène Haussmann modificou significativamente a vida social na cidade, repercutindo, inclusive no crime e sua distribuição espacial. Portanto, discutem-se como os espaços públicos, na dimensão memorial, adaptaram-se a essas profundas transformações a partir de diversos textos literários que destacaram o crime e que foram essenciais para a propagação de uma visão específica a respeito de determinados lugares da cidade.

Parte significativa dos literatos franceses destacava a presença marcante das atividades criminosas na parte antiga da cidade de Paris e no seu entorno, como destaca detalhadamente Kalifa (2014, p. 289):

O crime, principalmente na Île de la Cité, está 'num emaranhado de ruas obscuras, estreitas, tortuosas que se estendem desde o Palais-de-Justice até a Notre-Dame'. A convergência de representações é absoluta e apresentam as antigas vielas da ilha, a rua des Cargaisons ou a rua du Marché Neuf, a rua de la Calandre, a rua aux Fèves ou o beco Saint-Martial como um 'vasto Tribunal dos milagres', onde não faltam ladrões, prostitutas e vagabundos. Esta reputação transborda da Cité propriamente dita até a margem direita do Sena, no perímetro dos Halles, entre o Palais-Royal e o Temple e, na margem esquerda, no bairro Montagne Sainte-Genève, na praça Maubert, na rua Galandre e na rua Muffetard; lugares sinistros e perigosos, sempre retratados como antros de pilantras e trapaceiros. A estreiteza desse espaço permitia a paradoxal proximidade entre os lugares do crime e os da repressão. 'Não é estranho, ou melhor, fatal que haja uma irreversível atração que faça sempre que estes criminosos gravitem em torno do formidável tribunal que os condena à prisão, ao trabalho forçado e ao cadafalso!', nota maliciosamente Eugène Sue, que sabia, é claro, explorar o potencial romanesco dessas histórias. De um lado, antros, cabarés e redutos de malfeitores, cujas descrições tornaram-se rapidamente um dos virtuosismos de toda uma literatura criminal (o Lapin Blanc e o Paul Niquet, situados na rua aux Fèves; o Chat-noir, na rua de la Vieille Draperie; o Bordier, na rua Aubry-le-boucher; o Hôtel d'Anglatere, na rua Saint-Honoré; o Épice-scié no bulevar du Temple; o Château-Rouge e o Père-les-lunettes na rua Galande). Do outro lado, os principais órgãos da ordem: o Palais-de-Justice, a Conciergerie, a delegacia de polícia, cujo sórdido depósito se abria para a rua de Jérusalem, um 'beco estreito, escuro e barrento onde o sol nunca penetra a não ser de forma dissimulada'; a sede da segurança pública, na rua Sainte-Anne; a praça de Grève, lugar de todas as execuções do Consulado em 1832, sem esquecer o necrotério, no cais do Marché-Neuf, assiduamente visitado pelos parisienses. Não muito longe dali, a prisão 'de la Force', na rua do Roi-de-Sicile e a prisão de Sainte-Pélagie, acessível somente pela sinistra rua de la Clef e que acolhia a maioria dos detentos, com exceção das mulheres, enviadas ao convento das Madelonnettes, perto do Temple, antes da abertura de Saint-Lazare em 1834, na rua de faubourg Saint-Denis. Preciosa vizinhança em um tempo onde a estratégia policial consistia principalmente em se infiltrar no mundo do crime para neutralizá-lo.

Diversas razões justificam essa distribuição espacial dos eventos criminosos. O centro da cidade de Paris de 1840 ainda não havia rompido com a velha estrutura profundamente marcada pela superpopulação, insalubridade; misto de prédios residenciais e ambientes de trabalho e lazer; prostituição e violência. Elementos típicos da realidade da população mais pobre. É em meio a esse ambiente que as práticas criminosas se proliferam, aguçando ainda mais o interesse daqueles que pretendiam debruçar-se sobre sua narrativa e promover uma representação sobre o crime. Desta forma, nota-se a presença cada vez mais constante do crime nas narrativas literárias que circulavam por toda França, mas em especial por Paris, fazendo do centro da cidade e seu entorno cenário quase natural das práticas criminosas.

Não obstante, é ainda na primeira metade do século XIX que o lugar do crime vai sendo, ainda que tímida e embrionariamente deslocado do centro para outras regiões localizadas ao norte e ao sul da cidade.

Esse processo lento e longo é descrito por Kalifa (2014, p. 291) da seguinte maneira:

Presente no transcorrer de um longo período, a transferência para além das bordas dos espaços da periculosidade urbana tornou-se mais intensa durante a Monarquia de Julho. Em direção norte, onde os bairros de Porcherons e de la Courtille são percebidos como lugares inseguros desde o século XVIII, são relatados inúmeros bolsões de violência: o canal Saint-Martin e os terrenos baldios que o circundam, onde bandos de desordeiros jogam suas vítimas nas águas do mesmo; Belleville, Ménilmontant e a barreira du Combat, covil de inúmeros malfeitores. 'Era lá seu quartel general, onde eles estavam constantemente em massa e onde a desgraça os viria encontrar', escreveu Vidocq em suas Mémoires. Antigo local de enforcamento, um vasto espaço espremido entre o bulevar e a la Butte Chaumot, o Montfaucon, que servia às vezes de local de despejo e de esgoto, era ainda percebido como um lugar de grande periculosidade. Mas é sobretudo para além das bordas periféricas do sul que as representações, especialmente as literárias, se movem. Altamente simbólica, a decisão tomada em 1832 de deslocar a guilhotina da praça de Grève para a barrière Saint-Jacques acompanha esse movimento. Os bairros que formavam o então décimo segundo distrito (Saint-Marcel, Saint-Jacques, L'Observatoire) estavam entre os mais pobres da capital. Covis de trapaceiros, verdadeiros 'antros de infecção', de acordo com Alexandre Parent-Duchâtelet, eles formavam sinistros bolsões de violência. Foi lá, na rua Croulebarbe, no lugar conhecido como campo de l'Alouette, que o jovem Ulbach assassinou a pastora de Ivry, em maio de 1827, gerando um célebre fait diver. Também considerada perigosa era a barrière d'Italie, de onde se seguia para os subúrbios do sul, bem como Bicêtre, situada uma milha no caminho para Fontainebleau, onde os condenados a morte esperavam o dia de sua execução; e também o cemitério de Ivry, no qual se enterravam os sentenciados a morte.

Entretanto, além desse deslocamento topográfico nota-se outro que se aprofunda mais nas vísceras da cidade de Paris e que passa pelos locais mais inusitados como descreve Kalifa (2014, p. 292):

Os fornos de gesso de Clichy, as pedreiras de Montmartre ou d'Amérique na margem direita do Sena; a imensa escavação que se estende, na margem esquerda, de Grenelle e Montrouge até os Jardin des Plantes, formam, de acordo com alguns, um verdadeiro país subterrâneo, criminoso por natureza, que qualquer um acessa por uma das numerosas escadas situadas em Val-de-Grâce, na borda do Maine, na Puits-qui-parle ou ainda na praça d'Enfer. Recusada na temática tradicional do submundo ou naquela metáfora hugoliana das 'partes inferiores' e da caverna social, a existência de uma imensa Paris subterrânea e criminal constitui, portanto, um clichê generalizado que romancistas populares como Élie Berchet ou Pierre Zaccone encarregaram-se de espalhar.

A reforma urbana realizada por Eugéné Haussmann, embora seu propósito principal não seja este, busca conter a tensão social provocada pela criminalidade e muda de maneira mais radical a cidade do que vinha acontecendo antes. Não obstante, apesar dos esforços a reforma provocou um acirramento do deslocamento e a constituição de uma nova topografia do crime em Paris.

Conforme Kalifa (2014, p. 293):

A destruição dos cortiços que margeavam a Notre-Dame, os novos avanços e a anexação dos distritos suburbanos são entendidos imediatamente pelos contemporâneos como eventos de uma importância capital para percepção da localização do risco criminal. Uma nova cartografia da delinquência emana daí e recebe rapidamente o suporte das representações literárias. As inflexões da

topografia criminal que registram então os romancistas e cronistas constituem uma série de movimentos desordenados, às vezes contraditórios, mas cuja evolução desenha, ao longo de meio século, uma trajetória finalmente coerente que podemos resumir nas três figuras entrelaçadas do deslocamento, do recuo e, então, do retrocesso.

Assim, o processo de haussmannização dificulta a ação criminosa no centro antigo da cidade de Paris e promovendo seu deslocamento para duas novas áreas da cidade: os novos bairros que se deslocam em direção ao oeste e noroeste. A literatura que evolui a partir de 1870 faz parte dessa nova geografia do crime na cidade de Paris que será descrita desta maneira por Kalifa (2014, p. 294):

Émile Gaboriau nos fornece alguns exemplos. M. Lecoq, seu detetive, mora na 'rua Montmartre, n....', e suas investigações o levam à Saint-Lazare, no décimo terceiro distrito, ou até Batignolles, onde foi assassinado o aposentado Pigau-reau. Do Drame de la rue de la paix (Adolphe Belot, 1875) ao Crime de l'opéra (Fortuné du Boisgobery, 1879) e também ao Mystère d'Auteuil (Jules de Gastyne, 1904), praticamente não resta nenhum bairro desta nova Paris que escape da atenção dos romancistas.

É evidente, até mesmo na literatura, o deslocamento dos locais de ocorrência das ações criminosas. Toda a área localizada entre La Concorde e Le Bois se apresenta como espaço de cenas criminosas narradas pela literatura. Percebe-se, também que os equipamentos urbanos² de cidade haussmanniana passaram a ser locais vivos e autônomos de ações criminais, ou seja:

Estações de trem e hipódromos, onde atuam desenfreadamente os batedores de carteira; os bosques de Boulogne e de Vincennes, abarrotada de assediadores e, é claro, o metrô, rapidamente transformado em teatro de novas violências. (KALIFA, 2014, p. 294).

Portanto, nota-se que todo o universo que envolve as ações criminosas na Cidade de Paris, seja no período anterior quanto posterior a haussmannização, é apropriado pela literatura que constrói representações sociais e memórias sobre a topografia do crime e seu deslocamento em meio a essas transformações.

4 Considerações finais

Portanto, percebe-se neste artigo que a escolha da cidade como objeto de estudo por parte de pesquisadores dos mais diversos ramos do conhecimento e como espaço de ocorrência de sem número de experiências individuais e coletivas é bastante frutífera, mas, também complexa. É essa complexidade se deve, entre outras coisas, a dificuldade de estabelecer um conceito de cidade, tanto como espaço de experiências quanto de vivências. Complexo, também, em seu processo de evolução. Também se destaca, em meio ao crescimento das cidades e ao desenvolvimento industrial, a preocupação com

² Opta-se por esta denominação com o intuito de enfatizar toda intencionalidade de Eugéné Haussmann de dar ares modernos – com sentido de futuro – para Paris.

a multidão enquanto autômatos adaptados à rotina do trabalho e fundamentais ao desenvolvimento; frequentadores sombrios da noite e, portanto, delinquentes; ameaça política atrelada às memórias da Revolução Francesa de 1789 ou, posteriormente, ao comunismo.

Por fim, a cidade de Paris se apresenta aos olhos dos literatos como espaço composto por ambientes específicos e próprios para a ocorrência de eventos criminosos. Antes da haussmanização esses ambientes estavam situados no centro da cidade medieval se estendendo em direção ao oeste noroeste. E, posteriormente ao processo de haussmanização fica evidente o deslocamento do crime para os novos bairros da cidade e se espalhando pelo equipamento urbano.

REFERÊNCIAS

BRESCIANI, Maria Stella. Permanência e Ruptura no Estudo das Cidades. *Cidade e história*. Salvador: UFBA/Faculdade de Arquitetura, 1992.

BRESCIANI, Maria Stella. *Londres e Paris no Século XIX: o Espetáculo da Pobreza*. São Paulo: Editora Brasiliense, 2008. v. 52. (Coleção Tudo é História; 52).

KALIFA, Dominique. Os lugares do crime: topografia criminal e imaginário social em Paris no século XIX. *Topoi*, Rio de Janeiro, v. 15, n. 28, p. 287-307, jan./jun. 2014. ISSN 2237-101X.

MONTEIRO, Charles. Entre história urbana e história da cidade: questões e debates. *Oficina do Historiador*, Porto Alegre, EDIPUCRS, v. 5, n. 1, p. 10,1-112, jan./jun. 2012. ISSN 2178-3748.

PESAVENTO, Sandra Jatahy. Muito além do Espaço Urbano: por uma História Cultural do Urbano. *Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, v. 8, n. 16, p. 279-290, 1995. ISSN 0103-2186.